

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

DELIBERAÇÃO Nº 091/2017
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017

(Revogada pela Resolução COEPEA/FURG nº 307, de 19 de dezembro de 2025)

~~Dispõe sobre as Normas de Concurso Público para Ingresso na
Carreira de Servidor Técnico Administrativo em Educação.~~

~~O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E
ADMINISTRAÇÃO - COEPEA, tendo em vista decisão tomada em reunião do dia
15 de dezembro de 2017, Ata 088, em conformidade ao constante no processo nº
23116.008060/2017-25,~~

~~DELIBERA:~~

~~**Art.1º** — Aprovar as Normas de Concurso Público para Ingresso na
Carreira de Servidor Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal
do Rio Grande, conforme o anexo desta Deliberação.~~

~~**Art. 2º** — A presente Deliberação entra em vigor nesta data e revoga
a Deliberação CODEP 044/2005.~~

~~Profª. Drª. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO COEPEA~~

**NORMAS DE CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO
NA CARREIRA DE SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**

**CAPÍTULO I
DO CONCURSO E DOS CANDIDATOS**

~~Art. 1º A seleção para ingresso no quadro técnico-administrativo em educação da Universidade Federal do Rio Grande, será realizada mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme legislação vigente.~~

~~Parágrafo único. As provas serão realizadas na língua oficial do país, exceto aquelas que visem o conhecimento específico de idioma estrangeiro.~~

~~Art. 2º O concurso será promovido pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEP, mediante ocorrência de vaga e prévia autorização do Ministério competente e do(a) Reitor(a) da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.~~

~~Art. 3º A coordenação do concurso ficará a cargo da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas da PROGEP, que poderá solicitar a participação de servidores de outras unidades da FURG e apoio a outros órgãos públicos ou privados, objetivando obter assessoria em qualquer uma das fases do concurso.~~

~~Art. 4º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização constarão em edital, que será publicado no Diário Oficial da União, em jornal diário de grande circulação e na página eletrônica da PROGEP, no mínimo 05 (cinco) dias antes do início das inscrições.~~

~~Art. 5º As atividades específicas de seleção terão início no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis após o término das inscrições, e deverão ser concluídas em até 60 (sessenta) dias após o início das provas.~~

**CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES**

~~Art. 7º As inscrições serão abertas pelo prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições estabelecidas no Edital de abertura do concurso.~~

~~Art. 8º As inscrições serão realizadas por meio eletrônico no sítio eletrônico da PROGEP.~~

~~Art. 9º A taxa de inscrição será definida de acordo com a legislação vigente e regulada por Instrução Normativa da PROGEP.~~

~~Parágrafo único. A taxa de inscrição não será devolvida, exceto em caso de cancelamento do concurso.~~

~~Art. 10 O candidato inscrito terá acesso às informações do concurso através do sítio eletrônico da PROGEP.~~

**CAPÍTULO III
DA BANCA EXAMINADORA**

~~Art. 11 A Banca Examinadora será designada, por meio de portaria emitida pela PROGEP.~~

~~§ 1º A Banca Examinadora será composta por, no mínimo, 03 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, formada por servidores da FURG e /ou de outras instituições públicas, com conhecimento na área de atuação do cargo.~~

~~§ 2º No caso de substituição de membro titular da Banca Examinadora pelo suplente, este assumirá todas as atividades até o final do concurso.~~

~~§ 3º Estará impedido de integrar a Banca Examinadora o membro que:~~

~~a) Seja cônjuge, companheiro, convivente ou parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de qualquer candidato;~~

- ~~b) — Esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer candidato;~~
- ~~c) — Tenha amizade íntima ou inimizade notória com qualquer candidato;~~
- ~~d) — Mantenha ou tenha mantido, no interregno de 2 (dois) anos anteriores à publicação deste edital, vínculos de natureza acadêmica com qualquer candidato inscrito.~~

~~Art. 12 — A composição da Banca Examinadora será publicada no site da PROGEP até o início do prazo das inscrições.~~

~~Art. 13 — Os candidatos poderão, fundamentadamente, arguir impedimento dos membros da Banca Examinadora nos casos de impedimento a que se refere o § 3º do artigo 11.~~

~~§ 1º — A arguição, devidamente fundamentada, deverá ser formalizada por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no sítio eletrônico da PROGEP, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação das inscrições homologadas.~~

~~§ 2º — A arguição será apreciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do prazo final para a arguição e a alteração será divulgada no sítio eletrônico da PROGEP, se for o caso.~~

CAPÍTULO IV DAS PROVAS

~~Art. 15 — O concurso, conforme estabelecer o respectivo Edital, observará os seguintes critérios básicos:~~

~~I — Para provimento de cargos dos níveis C, D e E:~~

~~a) — **1ª fase** — Eliminatória — prova teórica, com peso 4 (quatro), somente se admitindo à fase seguinte o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis);~~

~~b) — **2ª fase** — Eliminatória — prova prática, com peso 4 (quatro), somente se admitindo à fase seguinte o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis);~~

~~c) — **3ª fase** — Classificatória — prova de títulos, com peso 2 (dois).~~

~~II — Para provimento de cargos dos níveis A e B:~~

~~a) — **1ª fase** — Eliminatória — prova teórica, com peso 4 (quatro), somente se admitindo à fase seguinte o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis);~~

~~b) — **2ª fase** — Eliminatória — prova prática, com peso 6 (seis) e nota igual ou superior a 6,0 (seis).~~

~~§ 1º — Cada concurso constará de uma ou mais provas, sendo a prova teórica de caráter obrigatório, facultadas a aplicação de prova prática e prova de títulos.~~

~~§ 2º — Quando não houver prova prática, os pesos referidos nos itens "a" e "c" do inciso I deste artigo serão respectivamente 6 (seis) e 4 (quatro).~~

~~§ 3º — Os pesos referidos nos itens "a" e "b" do inciso I deste artigo poderão ser alterados para 3 (três) e 5 (cinco), respectivamente, em concursos para provimento de cargos dos níveis C e D, que requeiram maior prática.~~

~~§ 4º — Quando não houver prova de títulos, os pesos referidos nos itens "a" e "b" do inciso I deste artigo serão respectivamente 5 (cinco) e 5 (cinco).~~

~~§ 5º — As questões das provas deverão conter matéria inerente ao exercício do cargo, sendo facultada a aplicação de questões de legislação, língua portuguesa, matemática, raciocínio lógico e informática.~~

~~§ 6º — O Curriculum Vitae documentado deverá ser entregue, pelos candidatos aprovados nas fases eliminatórias, em data, horário e local a serem informados quando da divulgação do respectivo resultado.~~

~~§ 7º — Havendo prova prática, a Banca Examinadora deverá definir data, horário e local da prova, bem como os instrumentos, aparelhos e técnicas a serem utilizadas, indicando a metodologia de aferição para a avaliação dos candidatos, devendo estas informações estarem disponíveis aos candidatos quando divulgado o resultado da prova teórica.~~

~~Art. 16 — A tabela de pontuação de títulos, respeitados os limites de pontuação, será a seguinte:~~

~~I — Para provimento de cargos do nível E:~~

~~a) — Graus acadêmicos até o máximo de 3,0 pontos;~~

~~b) — Experiência profissional na área do concurso, até o máximo de 4,0 pontos;~~

~~c) — Atividades técnico-científicas na área do concurso, até o máximo de 3,0 pontos.~~

~~II — Para provimento de cargos dos níveis C e D:~~

- ~~a) — Formação profissional até o máximo de 2,0 pontos;~~
- ~~b) — Experiência profissional na área do concurso, até o máximo de 6,0 pontos;~~
- ~~c) — Atividades relacionadas à área do concurso, até o máximo de 2,0 pontos.~~

~~CAPÍTULO V~~

~~DOS RECURSOS~~

~~Art. 17 — O candidato poderá interpor recurso, dispondo de até 01 (um) dia útil contado do primeiro dia útil subsequente a cada uma das fases seguintes:~~

- ~~I. — da divulgação do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição;~~
- ~~II. — da homologação das inscrições;~~
- ~~III. — da divulgação sobre o atendimento especial;~~
- ~~IV. — do gabarito da prova teórica;~~
- ~~IV. — do resultado de cada fase do concurso.~~

~~§ 1º — O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no sítio eletrônico da PROGEP.~~

~~§ 2º — O recurso que não estiver devidamente fundamentado será indeferido.~~

~~§ 3º — O recurso será analisado no prazo de 3 (três) dias úteis e o resultado será divulgado no sítio eletrônico da PROGEP a partir do quarto dia útil.~~

~~CAPÍTULO VI~~

~~DO RESULTADO DAS PROVAS E HOMOLOGAÇÃO DOS CONCURSOS~~

~~Art. 18 — O resultado de cada fase será divulgado no sítio eletrônico da PROGEP.~~

~~Art. 19 — No caso de igualdade no resultado final entre candidatos, os critérios de desempate serão, pela ordem:~~

- ~~I. — maior nota na prova prática, quando houver;~~
- ~~II. — maior nota na prova teórica;~~
- ~~III. — maior pontuação na prova de títulos, quando houver;~~
- ~~IV. — maior número de acertos de questões de legislação, quando houver;~~
- ~~V. — maior número de acertos de questões de língua portuguesa, quando houver;~~
- ~~IV. — candidato com maior idade ou como dispuser a legislação.~~

~~Art. 20 — O resultado final do concurso será aprovado pelo Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e homologado pelo COEPEA.~~

~~CAPÍTULO VII~~

~~DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~Art. 21 — Do concurso cabe arguição de nulidade, que será apreciada se interposta ao Conselho Universitário, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da homologação de seus atos pelo COEPEA.~~

~~Art. 22 — Estas normas entrarão em vigor na data de sua aprovação pelo COEPEA, revogando a Deliberação nº 044/2005 do CODEP.~~

~~Art. 23 — Os casos omissos serão resolvidos pela PROGEP.~~